

Moratória Desastrada

16 OUT 1987

JORNAL DO BRASIL

O Brasil precisa voltar com urgência ao mercado financeiro internacional, recompondo suas relações com os bancos credores e com o Fundo Monetário. Não vai o país perder em soberania, nem piorar sua situação econômica se reabrir os canais de contato com o exterior, entupidos pela desastrada e desgastada tese de que a moratória seria um grande trunfo para a renegociação da dívida a longo prazo.

O que tivemos até agora, em plena vigência da moratória e da retórica de hostilidade aos credores? Tivemos fuga de capitais, desinvestimento e um corte vertical no afluxo de recursos que chegaram a responder por 25% da formação bruta de capital fixo no Brasil.

Posta em termos simples, a missão do Sr. Fernão Bracher em Nova Iorque com o comitê dos bancos credores deveria reabrir os pagamentos dos juros devidos, abandonando-se a postura ideológica e partindo para uma posição pragmática diante dos bancos credores.

Os motivos são óbvios, embora de difícil compreensão para os que transformaram a moratória em ato heróico, com um grande sabor populista, capaz de ainda render dividendos políticos ao ex-Ministro Dilson Funaro e seus assessores no calote, nomeadamente o economista Paulo Nogueira Baptista Júnior.

Hoje, a tendência universal é novamente de alta nas taxas de juros. A taxa preferencial (prime) nos bancos americanos bateu nos 8,75% no início deste mês e chegou a 10% em alguns países europeus. Os investidores simplesmente acordaram para o fim de um período de estabilidade de preços, implodido pela alta do petróleo do Golfo Pérsico e por sinais de inflação em economias industrializadas, que normalmente se combatem com o encarecimento doméstico do custo do dinheiro ou emissões de bônus dos tesouros a juros elevados.

O mundo no qual operam os bancos centrais e os tesouros das nações industrializadas não é um mundo perfeito, mas segue leis racionais que podem ser acompanhadas — ou perdidas — pelas nações em desenvolvimento ou endividadas, como o Brasil. O que esse mundo industrializado vive é uma nova dança de ativos financeiros, determinada tanto pela volatilidade do dólar como pelas amea-

ças de inflação de custos. Os bancos centrais estão gastando dinheiro para segurar as taxas do dólar, com estimativas de que tenham investido cerca de 70 bilhões nesse processo.

Com a moratória, o Brasil perdeu o momento adequado para atrair capitais de risco quando os investidores estavam correndo para o mercado de capitais, fugindo de taxas de juros baixas. A insistência na moratória continua a afastar os capitais de crédito e a inibir os capitais de risco, de investimento a longo prazo.

Está falhando a capacidade para entender as tendências internacionais e se beneficiar delas: falhou com o momento de lançamento da própria moratória, feita porque o país tinha esgotado suas reservas, na hora errada e nas piores condições para renegociar a dívida global. Falhou em compreender os ciclos financeiros internacionais e a dança dos ativos, que beneficiaram as bolsas de todo o mundo, enquanto o Brasil ficava à margem de investimentos de longo prazo. E continua falhando por falta de suporte político capaz de sinalizar aos credores no exterior o que é mesmo que desejamos fazer desta Nação a longo prazo.

O ambiente político brasileiro está defasado até na simples compreensão das mudanças ocorridas na última reunião do Fundo Monetário, quando o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos chegou a sugerir que o FMI desse mais tempo aos países devedores para reorganizar suas economias, e estabelecesse um fundo para contingências externas, ajudando as nações endividadas a contornarem choques derivados de imprevistos, como altas taxas de juros.

O crime que se está cometendo no Brasil com o tratamento ideológico da moratória só tem um ganhador: o populismo. É preciso definir de que lado ficam as lideranças mais esclarecidas do partido majoritário, pois quanto mais tempo passar, mais o país pagará sob a forma de atraso no seu crescimento. O próximo dia 26, quando os bancos americanos podem ser empurrados para rebaixar ainda mais os créditos brasileiros, não é uma data fatal. Pode ser, apenas, um passo a mais para afastar investimentos de um país onde a prioridade principal deveria ser gerar empregos, e não votos para lideranças comprometidas apenas com seu futuro nas urnas.